

Reflexões sobre a teoria de classes (1942)

THEODOR W. ADORNO¹

I

A história é, segundo a teoria, história das lutas de classes. Entretanto, o conceito de classe está ligado ao surgimento do proletariado. Quando ainda era revolucionária, a burguesia chamava a si mesma de Terceiro Estado. Na extensão do conceito de classe ao passado longínquo, a teoria não denuncia apenas os burgueses, cuja liberdade, com propriedade e formação, dá continuidade à tradição de velha injustiça. Ela se volta contra o próprio passado. A aparência de benevolência patriarcal que aquele assumiu desde o triunfo do implacável cálculo capitalista está destruída. A venerável unidade daquilo que veio a ser, o direito natural da hierarquia na sociedade apresentada como organismo, já se mostra como unidade das partes interessadas. A hierarquia desde sempre foi organização compulsória para apropriação do trabalho alheio. O direito natural é injustiça histórica prescrita, o organismo estruturado é o sistema da cisão, e a imagem dos estamentos é a ideologia que, na forma do ganho digno, trabalho honesto e, por fim, da troca de equivalentes, melhor se prestou à burguesia instalada. Na medida em que a crítica da economia política indica a necessidade histórica que trouxe o capitalismo ao seu desdobramento, ela se torna a crítica de toda a história, de

1 Texto original: "Reflexionen zur Klassentheorie". *Gesammelte Schriften*, v.8, Soziologische Schriften I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p.373-391. Tradução de Igor Lula Pinheiro Silva. Email: igorlulaps@gmail.com. Revisão da tradução: Eduardo Altheman. E-mail: eduardo.altheman@gmail.com. Os direitos da tradução foram gentilmente cedidos pela Editora Unesp. Coleção Adorno. Editora Unesp. (2008-).

cuja imutabilidade a classe capitalista, tal como seus antepassados, deriva seu privilégio. Reconhecer em sua violência fatídica a injustiça mais recente, que se situaria na própria troca justa, não significa outra coisa senão identificá-la com a pré-história que ela aniquila. Se toda a opressão que o ser humano sempre efetuou sobre o ser humano culmina na Modernidade, na fria miséria do trabalho assalariado livre, revela-se, assim, a expressão do próprio histórico nas relações e nas coisas – a oposição romântica à razão industrial – como vestígio de sofrimento antigo. O silêncio arcaico das pirâmides e ruínas torna-se consciente de si mesmo no pensamento materialista: ele é o eco do ruído da fábrica na paisagem do imutável. Jacob Burckhardt (1908, p.164) suspeita que a alegoria da caverna na República platônica, a simbologia mais solene da doutrina das ideias eternas, seja configurada a partir da imagem das horríveis minas de prata atenienses. Então, inclusive o pensamento filosófico da verdade eterna teria surgido na contemplação do tormento presente. Toda a história significa história das lutas de classes porque sempre foi o mesmo, pré-história.

II

Encontra-se aí uma instrução de como se deve reconhecer a história. A partir do formato mais recente da injustiça, a luz incide continuamente sobre o todo. Somente assim a teoria é capaz de permitir que a gravidade da existência histórica favoreça a compreensão do presente sem sucumbir resignadamente ao próprio ônus. Tanto os burgueses quanto seus dependentes sabiam prezar o marxismo por sua dinâmica, na qual eles farejavam aquele mimetismo diligente da história que está próximo de sua própria ocupação [*Betriebsamkeit*]. A dialética marxista, segundo a apreciação de Troeltsch (1922, p.315) no livro sobre o historicismo, “preservou sua força construtiva e sua acomodação na motilidade fundamental da realidade efetiva”. O elogio da acomodação construtiva desperta desconfiança diante da motilidade fundamental. A dinâmica é meramente um dos aspectos da dialética: aquele que a crença no espírito prático, no ato dominante, na infatigável capacidade de fazer enfatiza preferencialmente, pois a renovação perene oculta da melhor maneira o antigo não verdadeiro. O outro aspecto menos popular da dialética é o estático. O automovimento do conceito, a concepção da história como silogismo, tal como a filosofia de Hegel a pensa, não é nenhuma doutrina do desenvolvimento. Com isso, ela apenas criou o mal-entendido unanimemente aceito nas ciências do espírito. A compulsão, sob a qual ela conceitua o desdobramento incansavelmente destruidor do sempre novo, consiste no fato de que o sempre novo é, a todo instante, simultaneamente o antigo visto de perto. O novo não se acrescenta ao antigo, mas permanece a penúria do antigo, sua necessidade, tal como ela se torna atual enquanto contradição imanente por meio de sua determinação pensante, seu confronto indispensável com o universal no próprio antigo. Assim, em todas as mediações antitéticas, a história permanece como um juízo analítico desmedido. Essa é a essência histórica da doutrina metafísica da

identidade entre sujeito e objeto no absoluto. O sistema da história, a elevação do temporal à totalidade do sentido, enquanto sistema, suprassume o tempo e o reduz ao negativo abstrato. Como filosofia, o marxismo permaneceu fiel a ele. O marxismo valida o idealismo hegeliano como o saber da pré-história sobre a identidade própria. Entretanto, coloca-o de pé ao desmascarar a identidade como pré-histórica. Para ele, o idêntico torna-se genuinamente necessidade, a necessidade dos seres humanos, que o conceito meramente expressa. A força irreconciliável do negativo, que põe a história em movimento, é aquela que os exploradores exercem sobre as vítimas. Como um grilhão de linhagem a linhagem, ela impede tanto a liberdade quanto a própria história. A unidade sistemática da história, que pode tanto dar sentido ao sofrimento individual quanto degradá-lo, se elevado à condição de fortuito, é a apropriação filosófica do labirinto em que os seres humanos se enfrentaram até hoje, o epítome do sofrimento. No círculo de influência do sistema, o novo, o progresso, é igual ao antigo enquanto calamidade sempre nova. Reconhecer o novo não significa se acomodar a ele e à motilidade, mas resistir a sua rigidez, ao supor acertadamente a marcha dos batalhões da história universal como passos estacionários. A teoria não conhece nenhuma outra “força construtiva” senão aquela a iluminar, com o reflexo da mais recente calamidade, os contornos da pré-história consumida pelo fogo, para tomar consciência da correspondência desta calamidade nela. Justamente o mais novo, e somente ele, é o antigo terror, o mito que consiste precisamente naquele cego progresso do tempo; que se contém em si com malícia paciente e estupidamente onisciente, tal como o burro que devora a corda de Ocnos. Somente quem reconhece o mais novo como o igual serve àquilo que seria diferente.

III

A fase mais recente da sociedade de classes está dominada pelos monopólios; ela impele ao fascismo, à forma de organização política digna dela. Ao mesmo tempo que sustenta a doutrina da luta de classes com a concentração e a centralização, opondo sem mediação o poder extremo e a impotência extrema em completa contradição entre si, ela também permite que a existência das classes inimigas caia no esquecimento. Tal esquecimento auxilia mais os monopólios do que as ideologias, que já se tornaram tão tênues a ponto de se confessarem como mentiras para demonstrar àqueles que precisam acreditar nelas tanto mais enfaticamente sua própria impotência. A organização total da sociedade mediante o *big business*² e sua técnica onipresente preencheu o mundo e a representação de modo tão completo que os deixou sem lacunas, e o pensamento de que tudo poderia ser absolutamente de outra maneira se tornou um esforço quase sem esperança. Assim, a imagem diabólica da harmonia, a invisibilidade das classes na petrificação de suas

2 Em inglês no original. (N. T.)

relações, ganha aquele poder real sobre a consciência, pois a representação de que os oprimidos, os trabalhadores de todos os países, poderiam unir-se como classe e pôr um fim ao horror, parece não ter perspectiva diante da distribuição atual de impotência e poder. O nivelamento da sociedade de massas, lamentado tanto por conservadores da cultura quanto por seus cúmplices sociológicos, na verdade, não é outra coisa senão a sanção desesperada da diferença como sanção da identidade, que as massas, completamente prisioneiras do sistema, aspiravam a realizar ao imitar os governantes mutilados, porventura com o intuito de receber deles o pão de misericórdia, se elas apenas identificarem-se suficientemente. A crença de ainda sequer poder conduzir a luta de classes enquanto classe organizada desmorona para os expropriados junto com as ilusões liberais, de maneira não muito diferente das associações revolucionárias de trabalhadores que outrora quiseram escarnecer a estilização da burguesia como estamento. Entre os ideais, a luta de classes é banida e tem que se contentar com a tolerância e a humanidade ao lema nos discursos dos líderes sindicais. Os tempos em que ainda era possível construir barricadas estão quase tão mortos quanto aqueles em que era possível ganhar a vida com o trabalho manual. A onipotência da repressão e sua invisibilidade são a mesma coisa. A sociedade sem classes de condutores de automóveis, frequentadores de cinema e compatriotas não zomba apenas daqueles que estão de fora, mas também de seus próprios membros, os dominados, que não ousam mais admiti-lo para os outros nem para si mesmos, pois o mero saber já é punido com o medo excruciante da perda da existência e da vida. A tensão aumentou tanto que não há absolutamente mais nenhuma tensão entre os polos incomensuráveis. A pressão incomensurável da dominação dissociou as massas de tal modo, que até a unidade negativa da condição de ser oprimido, que as transformou em classe no século XIX, é dilacerada. Por isso, elas são imediatamente confiscadas pela unidade do sistema que lhes atrai. A dominação de classe está prestes a sobreviver à forma anônima e objetiva da classe.

IV

Isso torna necessário considerar o próprio conceito de classe tão de perto a ponto de ser simultaneamente retido e transformado. Retido: porque seu fundamento, a divisão da sociedade em exploradores e explorados, não apenas continua a existir de modo não atenuado, mas porque está aumentando em termos de coerção e consistência. Modificado: porque os oprimidos, segundo o prognóstico da teoria, hoje a enorme maioria dos seres humanos, não conseguem experimentar a si mesmos enquanto classe. Os únicos entre eles que reivindicam a denominação referem-se, na maioria das vezes, ao seu interesse particular no existente, assim como, por exemplo, as lideranças industriais empregam o conceito de “produção”. A diferença entre exploradores e explorados não se manifesta de tal modo que apresente aos olhos dos explorados a solidariedade como sua *ultima ratio*³: para

3 Em latim no original: razão última. (N. T.)

eles, a conformidade é mais racional. O pertencimento à mesma classe há muito tempo não se converte em igualdade de interesses e ações. O momento contraditório do conceito de classe, que hoje emerge de modo catastrófico, não deve ser procurado apenas na aristocracia dos trabalhadores, mas também no caráter igualitário da própria classe burguesa. Se a crítica da economia política significa crítica do capitalismo, então o próprio conceito de classe, seu cerne, é formado de acordo com o modelo da burguesia. Enquanto unidade dos proprietários dos meios de produção e de seus dependentes, ela é a classe por excelência. Entretanto, o próprio caráter igualitário que a torna tal é dissolvido pela própria crítica da economia política, não meramente em relação ao proletariado, mas também como determinação da burguesia enquanto tal. A livre concorrência dos capitalistas entre si já implica a mesma injustiça que eles cometem unificadamente contra os trabalhadores assalariados, os quais eles não apenas exploram como seus oponentes na troca, mas, antes, que produzem concomitantemente por meio do sistema. A igualdade de direitos e oportunidades entre os concorrentes é, em larga medida, uma ficção. Seu sucesso depende da força do capital – formada fora do mecanismo de concorrência – com a qual eles ingressam na concorrência; do poder político e social que representam; das novas e velhas rapinas dos conquistadores; da filiação à propriedade feudal, que a economia concorrencial nunca liquidou seriamente; e da relação com o aparato militar de dominação imediata. A igualdade de interesses reduz-se à participação no butim dos grandes, que é outorgado se todos os proprietários concederem aos grandes o princípio de propriedade soberana que lhes garante seu poder e sua reprodução ampliada: a classe como um todo deve estar preparada para a mais extrema devoção ao princípio de propriedade que, antes de qualquer coisa, refere-se realmente à propriedade dos grandes. A consciência de classe burguesa visa a proteção advinda de cima, a concessão que os proprietários verdadeiramente dominantes fazem àqueles que se devotam a eles de corpo e alma. A tolerância burguesa quer ser tolerada. Ela não significa justiça diante dos de baixo, mesmo daqueles em sua própria classe, que os de cima condenam em virtude da “tendência objetiva”, e a lei da troca de equivalentes e de suas formas de reflexão jurídica e política é o contrato que, em termos das relações de poder, regula tacitamente a relação entre o núcleo da classe e sua maioria, os vassalos burgueses. Em outras palavras, por mais real que seja a classe, ela própria já é, na mesma medida, ideologia. Se a teoria demonstra que a troca justa, a liberdade e a humanidade da burguesia são questionáveis, lança-se luz, deste modo, sobre o duplo caráter da classe. Ele consiste no fato de que a igualdade formal da classe tem tanto a função de opressão da outra classe quanto de controle de seus próprios membros pelos mais fortes. A burguesia foi rotulada pela teoria como unidade, como classe contra o proletariado, para expor o interesse geral, que ela representa, em sua particularidade. Entretanto, essa unidade particular é necessariamente não unidade em si mesma. A forma igualitária da classe serve como instrumento ao privilégio dos dominantes sobre os

dependentes, privilégio esse que essa forma simultaneamente encobre. A crítica da sociedade liberal não pode se deter diante do conceito de classe, que é tão verdadeiro e não verdadeiro quanto o sistema do liberalismo. Sua verdade é crítica: ele designa a unidade na qual se efetiva a particularidade do interesse burguês. Sua inverdade reside na não unidade da classe. Sua determinação imanente pelas relações de dominação é o tributo que ela deve pagar à própria particularidade e que favorece sua unidade. Diante de sua não unidade real, a unidade igualmente real torna-se um véu.

V

Na economia de mercado, a inverdade era latente ao conceito de classe: sob o monopólio, ela se tornou tão visível quanto sua verdade, e a sobrevivência das classes, invisível. Com a concorrência e sua luta competitiva, muito da unidade da classe também desapareceu, como aquilo que, enquanto regras do jogo da concorrência, enquanto interesse geral, mantinha os concorrentes unidos. Tornou-se tão fácil para a burguesia negar seu caráter de classe diante do proletariado porque, de fato, sua organização elimina a forma de consenso daqueles que têm os mesmos interesses, o que a tinha constituído como classe nos séculos XVIII e XIX e a substitui pelo mando econômico e político não mediado dos grandes, que pesa sobre seus dependentes e trabalhadores com a mesma ameaça policial, impondo a eles a mesma função e necessidade e, com isso, torna quase impossível aos trabalhadores enxergar através da relação de classes. O prognóstico da teoria sobre os poucos proprietários e a massa esmagadora de despossuídos está realizado, mas, em vez de a essência da sociedade de classes ter ficado, deste modo, evidente, ela é enfeitada pela sociedade de massas na qual a sociedade de classes se completa. A classe dominante desaparece por detrás da concentração de capital. Esta alcançou um tamanho e ganhou um peso próprio por meio dos quais o capital apresenta-se como instituição, como expressão da sociedade como um todo. O particular usurpa o todo em virtude da onipotência de sua imposição: o velho caráter de fetiche da mercadoria, que reflete as relações de seres humanos como relações de coisas, culmina no aspecto social total do capital. Hoje, a ordem da existência como um todo se converteu em tais coisas. Nela, a possibilidade da formação de classe está objetivamente obstruída para o proletariado pelo livre mercado, que desde sempre foi uma mentira para os trabalhadores e, finalmente, impedida por meio de medidas e pela vontade consciente dos dominantes em nome do grande todo, que são eles próprios. Entretanto, caso queiram viver, os proletários devem se adaptar. Em todos os lugares, a autopreservação impele, pelo coletivo, na direção do grupo secreto. Reproduz-se entre eles de modo compulsivo a cisão entre líder e séquito que se consuma na própria classe dominante. Os sindicatos transformam-se em monopólios, e os funcionários em bandidos que exigem obediência cega dos filiados, que aterrorizam aqueles que estão de fora, embora estivessem lealmente dispostos a partilhar o roubo com os outros senhores do monopólio, caso eles próprios não tomassem antes o controle de toda a organização em fascismo

aberto. O curso da ação coloca um fim ao episódio liberal; a dinâmica de ontem se confessa como o passado coagulado de hoje e a classe anônima como a ditadura da elite autoproclamada. Mesmo a economia política, cuja concepção a teoria concedeu amargamente à teoria liberal, desfaz-se como transitória. A economia é um caso especial da economia, da carência preparada para a dominação. Não foi que as leis da troca conduziram à mais recente dominação enquanto dominação historicamente adequada à forma de reprodução da sociedade como um todo no estágio atual, mas sim que a antiga dominação penetrou de tempos em tempos no aparato econômico para, uma vez que o tinha à plena disposição, destruí-lo e aliviar sua vida. Em tal abolição das classes, a dominação de classe toma consciência de si mesma. A história é, segundo a imagem da última fase econômica, a história dos monopólios. Segundo a imagem da usurpação manifesta, praticada hoje pelos líderes do capital e do trabalho em harmonia, ela é a história das lutas entre bandos, *gangs* e *rackets*.⁴

VI

Marx morreu durante a elaboração da teoria das classes, e o movimento dos trabalhadores deixou-a como estava. Ela não foi apenas o meio mais eficaz de agitação, como também esteve à altura do conflito na era da democracia burguesa, do partido proletário de massas e das greves, antes da vitória aberta do monopólio e do desdobramento do desemprego em segunda natureza. Somente os reformistas se envolveram na discussão sobre a questão das classes a fim de encobrir a traição incipiente por meio da negação da luta, da apreciação estatística das camadas médias e do elogio do progresso abrangente. A negação mentirosa das classes levou os portadores responsáveis da teoria a resguardar o próprio conceito de classe como uma peça didática, sem continuar a examiná-lo. Assim, a teoria abaixou a guarda, tornando-se cúmplice na deterioração da práxis. A sociologia burguesa de todos os países fez muito bom proveito disso. Se, no conjunto, ela foi inflectida por Marx como que por uma agulha magnética e tornou-se tanto mais apologética quanto mais insistia na liberdade em relação aos valores, então, seu positivismo, a verdadeira acomodação ao factual, poderia cobrar a recompensa por seus esforços lá onde os fatos discordavam da atrofiada teoria, que havia decaído, enquanto próprio artigo de fé, à declaração sobre o factual. O nominalismo da pesquisa, que banuiu o essencial, a relação de classes, a um tipo ideal na metodologia, e deixou a realidade a critério do excepcional, o qual ela meramente enfeita, encontrava-se junto às análises que transferiam à classe – por exemplo, em seu equivalente político específico, ao partido – a culpa por aquelas tendências oligárquicas que a teoria negligenciou ou considerou, de maneira irascível, como apêndices do “capitalismo monopolista”. Quanto mais fundamentalmente se depurasse os fatos do conceito concreto, de sua relação com o estado atual do sistema de explora-

⁴ Em inglês no original: *gangs* e *grupos de extorsão*. (N. T.).

ção, que é determinantemente inerente a tudo o que é factual, tanto melhor eles caberiam no conceito abstrato, a unidade das características que abrange todas as épocas e que, enquanto meramente deduzida dos fatos, não tem poder algum sobre eles. Oligarquia, ideologia, integração e divisão do trabalho, de momentos da história da dominação cuja floresta escura não pode mais ser vista diante das árvores verdes da própria vida, tornam-se categorias gerais da socialização dos seres humanos. O ceticismo em relação à suposta metafísica das classes torna-se normativo sob o signo da sociologia formal: as classes não existem devido aos fatos inflexíveis; entretanto, sua inflexibilidade substitui a classe e, dado que o olhar sociológico, lá onde busca as pedras das classes, sempre encontra apenas o pão das elites e experiencia todos os dias o fato de que absolutamente nada passa ao largo da ideologia, então o mais sensato é deixá-lo nas formas da socialização e, com o coração sangrando, possivelmente transformar a questão da elite inevitável em sua própria ideologia. Referir-se a contraexemplos diante do *phantasma bene fundatum*,⁵ contestar o caráter oligárquico do partido de massas e não reconhecer que a teoria se tornou efetivamente ideologia na boca de seus funcionários seria pura impotência e apenas transportaria o espírito da apologética para dentro da teoria contra a qual os apologistas burgueses teceram sua rede. Nada ajuda senão virar a verdade advinda dos conceitos sociológicos contra a inverdade que os produziu. O que a sociologia alega contra a realidade das classes nada mais é do que o princípio da sociedade de classes: a universalidade da socialização é a forma sob a qual se impõe historicamente a dominação. A própria unidade abstrata, em cuja produção a partir de fatos cegos a sociologia acredita completar sua imagem ilusória daquilo que não tem classes, é a desqualificação dos seres humanos em objetos, que é provocada pela dominação e que hoje também se apoderou das classes. A neutralidade sociológica repete o ato social de violência, e os fatos cegos por trás dos quais ela se entrincheira são os escombros aos quais o mundo foi atirado pela ordem com a qual os sociólogos fazem as pazes. As leis gerais não significam nada diante do futuro sem lei, porque sua própria universalidade é a forma lógica da repressão que deve ser abolida para que a humanidade não recaia na barbárie da qual ela ainda não saiu de modo algum. O fato de a democracia ser oligarquia não se deve aos seres humanos que, segundo a opinião e o interesse de seus líderes maduros, não devem estar maduros para a democracia, mas, sim, à desumanidade que inscreve o privilégio na necessidade objetiva da história. Conforme a dominação nua das elites ergue-se finalmente a partir da dialética da classe, é liquidada a sociologia que sempre foi dessa opinião. Seus invariantes formais revelam-se como previsões das tendências materiais mais recentes. A teoria que aprende a identificar na situação atual os bandos dentro das classes é a paródia da sociologia formal que nega as classes para perpetuar os bandos.

5 Em latim no original: espectro bem fundamentado. (N. T.).

VII

O ponto da doutrina marxista das classes, que se apresenta do modo mais aberto à crítica apologética, parece ser a teoria da pauperização. A miséria em comum converte os proletários em classe. Essa miséria resulta como consequência de sua posição no processo produtivo da economia capitalista e aumenta ao longo desse processo até o insuportável. Assim, a própria miséria transforma-se na força da revolução que deve superar a miséria. Os proletários não têm nada a perder a não ser os seus grilhões e tudo a ganhar: a escolha não será difícil para eles, e a democracia burguesa é progressiva na medida em que garante a margem de ação para a organização de classe, cujo peso numérico acarreta o revolvimento. Contra isso, todas as estatísticas podem ser elencadas. Os proletários têm mais a perder do que os seus grilhões. Em comparação com as condições inglesas de 100 anos atrás, tal como se apresentavam diante dos olhos dos autores do *Manifesto*, seu padrão de vida não piorou, mas, sim, melhorou. Com o desenvolvimento das forças técnicas de produção, os trabalhadores obtiveram uma menor jornada de trabalho, melhor alimentação, moradia e vestuário, proteção dos membros da família e da própria velhice e maior tempo médio de vida. É indiscutível que a fome os urgiu a uma fusão incondicional e à revolução. Em compensação, a própria possibilidade de uma fusão e de uma revolução de massas tornou-se questionável. O indivíduo prospera mais na organização de interesses do que na organização contra os interesses, a concentração dos instrumentos de poder técnico-militar do lado das empresas é tão formidável que relega de antemão a sublevação em estilo antigo ao âmbito geralmente tolerado da reminiscência heroica, e é completamente improvável que a democracia burguesa, lá onde sua fachada ainda existe, admita a formação de um partido de massas que cogite a revolução sobre a qual fala. Assim, desintegra-se a construção herdada da pauperização. Remendá-la com o conceito auxiliar de pauperização relativa, como se tentou na época da disputa do revisionismo, é algo que só poderia ocorrer aos contra-apologistas social-democratas, cujos ouvidos já haviam se tornado tão obtusos com a própria gritaria a ponto de sequer ouvirem mais a zombaria que reverberava da expressão pauperização relativa contra seu esforço. É necessária a ponderação do próprio conceito de pauperização e não a modificação sofisticada de seu âmbito de validade. Contudo, ele é um conceito estritamente econômico, definido pela lei absoluta da acumulação. Exército de reserva, superpopulação e pauperismo crescem proporcionalmente ao “capital em funcionamento”⁶ e, ao mesmo tempo, comprimem os salários. A pauperização é a negatividade do livre jogo de forças no sistema liberal, cujo conceito a análise marxiana conduz *ad absurdum*:⁷ sob as relações capitalistas de produção, a pobreza social aumenta junto com a riqueza social, devido à compulsão imanente do

6 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I – O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p.637 ss. (N. T.)

7 Em latim no original: ao absurdo (N. T.).

sistema. O decurso autônomo e imperturbado do mecanismo econômico, tal como a teoria liberal o postula, é pressuposto: a consistência do *tableau économique*⁸ que deve ser analisada em cada caso. Tudo o mais é adicionado às “circunstâncias” modificadoras cuja “análise não cabe realizar aqui”. No entanto, com isso, a teoria da pauperização mostra-se dependente do duplo caráter da classe, da diferença entre repressão mediada e imediata contida em seu conceito. Há miséria na mesma medida em que a classe burguesa é efetivamente uma classe anônima e sem consciência, tanto quanto ela e o proletariado são dominados pelo sistema. No sentido da necessidade puramente econômica, a pauperização consome-se de maneira absoluta: se o liberalismo fosse efetivamente o liberalismo tal como ele se apresentava a Marx, então já existiria no mundo pacífico o pauperismo que se manifesta hoje nos países subjugados pela guerra. Mas a classe dominante não é apenas dominada pelo sistema, ela domina por meio do sistema e, finalmente, domina ela mesma o sistema. As circunstâncias modificadoras são extraterritoriais ao sistema da economia política, porém centrais para a história da dominação. No processo de liquidação da economia, elas não são nenhuma modificação, mas propriamente a essência. Na seguinte medida afetam elas a pauperização: ela não pode aparecer para que não exploda o sistema. Em sua cegueira, o sistema é dinâmico e acumula miséria, mas a autopreservação que ele produz mediante tal dinâmica também culmina diante da miséria naquela estática que emite desde sempre o ponto pedal da dinâmica pré-histórica. Quanto menos a apropriação de trabalho alheio for realizada pelas leis do mercado sob o monopólio, menor será também a reprodução da sociedade como um todo. A teoria da pauperização implica imediatamente as categorias do mercado no formato da concorrência entre os trabalhadores, por meio da qual cai o preço da mercadoria força de trabalho, enquanto essa concorrência e tudo o que ela significa se torna tão questionável quanto a concorrência entre os capitalistas. A dinâmica da miséria é suspensa junto com a dinâmica da acumulação. A melhoria da situação econômica entre os de baixo ou sua estabilização é extraeconômica: o padrão mais elevado é pago com rendimentos ou com lucros do monopólio e não do v.⁹ Ele é subsídio ao desemprego mesmo que não declarado, mesmo que persista densamente a aparência de trabalho e salário: pagamento adicional, gorjeta no sentido dos dominantes. Boa vontade e psicologia não têm nada a ver com isso. A *ratio* de tal progresso é a autoconsciência do sistema em relação às condições de sua perpetuação, e não a matemática sem consciência dos esquemas. O prognóstico de Marx está verificado de uma maneira imprevista: a classe dominante é tão fundamentalmente alimentada pelo trabalho alheio que transforma em sua causa própria resolutamente seu destino, o dever de alimentar os trabalhadores, e assegura a “existência dos escravos dentro de sua escravidão” para consolidar a sua própria. No começo, a

8 Em francês no original: quadro econômico (N. T.).

9 Provavelmente uma menção à capital variável, seguindo a notação padrão de Marx. (N. T.)

pressão das massas, a revolução potencial, podia ter causado a reviravolta. Mais tarde, com o fortalecimento do poder das posições centrais monopolistas, a situação das classes trabalhadoras foi continuamente melhorada com a perspectiva de vantagens para além de seus próprios sistemas econômicos definidos e fechados – e não imediatamente por meio dos lucros coloniais. O estabelecimento definitivo do poder é contabilizado em todos os itens do cálculo. Entretanto, o cenário da miséria criptogâmica, por assim dizer censurada, é a impotência política e social. Ela transforma todos os seres humanos de tal modo em meros objetos de administração dos monopólios e de seus Estados, assim como na época do liberalismo eram apenas aqueles *paupers*¹⁰ que eram deixados para morrer em meio à alta civilização. Essa impotência permite a condução da guerra para todos os países. Do mesmo modo que a guerra demonstra posteriormente os *faux frais*¹¹ do aparato de poder como um investimento lucrativo, ela também desconta o crédito da miséria que as elites dominantes astutamente adiaram, embora sua astúcia tenha seus limites intransponíveis sempre na miséria. Somente sua deposição, e não a manipulação como sempre disfarçada, deporá a miséria.

VIII

“O que está caindo vocês devem empurrar.” A frase de Nietzsche enuncia como máxima um princípio que define a práxis real da sociedade de classes. Ela se torna máxima somente contra a ideologia do amor no mundo de ódio: Nietzsche pertence à tradição daqueles pensadores burgueses desde o Renascimento que, por indignação diante da inverdade da sociedade, lançaram cinicamente a verdade dessa sociedade enquanto ideal contra o ideal e auxiliaram, com a violência crítica do confronto, aquela outra verdade que eles escarnecem da maneira mais feroz enquanto a inverdade em que ela foi enfeitada pela pré-história. Entretanto, a máxima diz mais do que a tese do *bellum omnium contra omnes*¹² que se encontra no início da era da livre concorrência. A aliança entre queda e empurrão é uma cifra para o há muito tempo venerável caráter duplo da classe que somente hoje se manifesta. A tendência objetiva do sistema é sempre duplicada, carimbada e legitimada pela vontade consciente daqueles que dispõem dela. Pois o sistema cego é a dominação; por isso, os dominantes tiram continuamente proveito dele, inclusive quando ele parece ameaçá-los, e os serviços obstétricos dos dominantes atestam o saber a este respeito e restauram o sentido do sistema quando ele é encoberto pela objetividade da execução histórica, por seu formato alienado de si mesmo. Há uma tradição de atos burgueses livres, desde a Conspiração da Pólvora – talvez desde o ataque às estátuas de Hermes ateniense – até o incêndio do *Reichstag* e as intrigas como o suborno dos Hindenburg e o encontro na casa do

10 Em inglês no original: seres humanos pauperizados. (N. T.).

11 Em francês no original: despesas acessórias. (N. T.).

12 Em latim no original: guerra de todos contra todos. (N. T.).

banqueiro Schroeder, que o conhecedor da tendência objetiva despreza desinteressadamente como as coincidências que o demônio do mundo [*Weltungeist*] utiliza para realizar-se por meio delas, e que não são absolutamente tão coincidentes: tratam-se de atos de liberdade que atestam o fato de que a tendência histórica objetiva é uma ilusão enquanto não harmonizar prontamente com os interesses subjetivos daqueles que comandam a história por meio da história. A razão é ainda mais astuciosa do que Hegel gostaria de atestar. Seu segredo é menos o das paixões do que o da própria liberdade. Na pré-história, ela é o controle das elites sobre o anonimato da calamidade que se chama destino. Elas são subjugadas pela aparência da essência que elas próprias puseram em ação e, por isso, são subjugadas apenas aparentemente. A história é progresso na consciência de sua própria liberdade mediante a objetividade histórica, e essa liberdade nada mais é do que a imagem reversa da não liberdade dos outros. Esta é a verdadeira interação entre a história e os bandos, a “identidade interior [...] na qual [...] a necessidade é elevada à condição de liberdade” (Hegel, 2003, p.239). O idealismo, com razão acusado de transfiguração do mundo, é simultaneamente a mais terrível verdade sobre o mundo: mesmo nos momentos de sua positividade, da doutrina da liberdade, ele contém transparentemente a imagem de capa do seu oposto e é precisamente onde define que os seres humanos escaparam, que eles estão na pré-história de modo mais absoluto à mercê da catástrofe. De fato, não é tanto no Estado prussiano, mas no carisma do líder que a liberdade toma consciência de si mesma enquanto repetição da necessidade. Se é só a contragosto que as massas continuam a escutar o discurso da liberdade, isso não é meramente culpa delas ou do abuso praticado com o termo. Elas pressentem que o mundo da coerção sempre foi o mundo da liberdade, da ordem e do estabelecimento, e que livre é apenas aquele que pode se permitir algo. Aquilo que seria diferente não tem nome, e aquilo que responde por isso hoje, solidariedade, ternura, consideração e cuidado, tem exígua semelhança com a liberdade daqueles que são atualmente livres.

IX

A impotência social do proletariado, na qual resultam as tendências divergentes de pauperização econômica e de melhoria extraeconômica do padrão de vida, não foi prevista enquanto tal pela teoria. Ao exame predominante da primeira tendência corresponde a expectativa de que a pressão da pobreza se tornasse imediatamente força contra os opressores. Contudo, a ideia de impotência não é estranha à teoria. Ela aparece sob o nome de desumanização. Assim como a indústria engendra suas vítimas fisicamente mutiladas, adoecidas e deformadas, ela ameaça deformar a consciência. Há menção explícita à brutalização dos trabalhadores, que compulsivamente repetem sobre seus dependentes aquilo que lhes foi cometido uma vez, como também à sua crescente alienação do processo de trabalho mecanizado que eles não conseguem mais compreender. Não é levantada a questão sobre como aqueles que são assim determinados deveriam ser capazes da ação, que não exige

apenas esperteza, visão de conjunto e presença de espírito, mas também a capacidade do autossacrifício mais extremo. O perigo do psicologismo – não por acaso, o autor de uma “psicologia do socialismo” acabou se tornando um fascista, assim como o sociólogo do sistema partidário – é evitado na origem, muito antes de a filosofia burguesa meter-se a defender encarniçadamente sua objetividade na esfera do conhecimento. Marx não se aventurou na psicologia da classe trabalhadora. Ela pressupõe a individualidade, um tipo de autarquia dos nexos motivacionais no indivíduo. Essa individualidade mesma é um conceito socialmente produzido que se enquadra na crítica da economia política. Mesmo entre os burgueses em concorrência, o indivíduo é em larga medida ideologia e, àqueles que estão por baixo, a individualidade é negada pela ordem da propriedade. Nada além disso pode se chamar desumanização. A contraposição com o proletariado desautoriza o conceito burguês de ser humano, assim como os conceitos da economia burguesa. Ele é retido meramente para ser exposto em sua própria contradição, e não para ser confirmado por uma “antropologia” marxista. Junto com a autonomia da economia de mercado e a individualidade burguesa formada nela, desapareceu também o seu oposto, a desumanização sangrenta dos rejeitados pela sociedade. A figura do trabalhador que chega bêbado em casa à noite e espanca sua família foi marginalizada ao extremo: sua mulher tem que temer mais o *social worker*¹³ que a atende do que a ele. Não é possível falar de uma estultificação do proletário que não apreende mais seu próprio processo de trabalho. A divisão do trabalho altamente intensificada até afastou para cada vez mais longe o trabalhador do produto final composto, que era familiar ao artesão, mas, ao mesmo tempo, aproximou cada vez mais os processos individuais de trabalho uns dos outros em sua desqualificação, de modo que, quem é capaz de realizar um deles, virtualmente, pode realizar todos e compreende o todo. O homem na esteira de montagem da Ford, que é obrigado a puxar sempre a mesma alavanca, é íntimo do carro pronto, o qual não contém nenhum segredo que não seria adiantado pelo padrão daquela alavanca. Até mesmo a diferença entre o trabalhador e o engenheiro, cujo próprio trabalho é mecanizado, poderia resultar aos poucos no mero privilégio; sob a demanda de especialistas técnicos pela guerra, revela-se o quão flexíveis são as diferenças e quão poucos os especialistas o são. Entretanto, na impotência, isso muda agora tão pouco quanto antes a miséria nua se interverteu na revolução. Os mecânicos lúcidos de hoje se tornaram tão pouco indivíduos quanto o eram os internos embotados das *working houses*¹⁴ de cem anos atrás e, no entanto, é improvável que sua individualidade tenha acelerado a revolução. Contudo, o processo de trabalho que eles entendem agora molda-os ainda mais fundamentalmente do que o processo de outrora que era incompreendido: ele se torna um “véu tecnológico”. Eles participam do duplo caráter da classe. Se, por

13 Em inglês no original: assistente social. (N. T.)

14 Em inglês no original: casas de trabalho. (N. T.)

um lado, o sistema pôs um ponto final à desumanização que coloca em risco os dominantes, até que estes a empreguem em sua própria desumanidade, então, em compensação, a visão de Marx, segundo a qual o sistema produziria o proletariado, foi redimida em uma medida que absolutamente não poderia ter sido prevista. Em virtude de suas necessidades e das demandas onipresentes do sistema, os seres humanos tornaram-se verdadeiramente produtos dele: sob o monopólio, a desumanização se consuma nos civilizados não como brutalidade não compreendida, mas como reificação que compreende eles mesmos, pois ela coincide com sua civilização. A totalidade da sociedade não se mostra eficiente apenas ao capturar seus membros da cabeça aos pés, mas também ao criá-los à sua própria imagem. Em última instância, é isso que é visado pela polarização da tensão entre poder e impotência. O monopólio só paga contribuições financeiras, sobre as quais se baseia hoje a estabilidade da sociedade, àqueles que são como ele. Esse se fazer igual, civilizar-se, inserir-se, consome toda a energia que poderia tornar as coisas diferentes, até surgir da humanidade universal condicionada a barbárie que ela é. Ao reproduzir a vida da sociedade de modo planejado, os dominantes reproduzem precisamente a impotência dos planejados. A dominação imigra para o interior dos seres humanos. Eles não precisam ser “influenciados” tal como os liberais estão inclinados a pensar em virtude de suas representações de mercado. A cultura de massas apenas faz deles de novo e de novo o que já são de qualquer maneira sob a coerção do sistema, controlando as lacunas, inserindo ainda a contrapartida oficial da práxis como *public moral*¹⁵ e fornecendo a eles modelos prontos para imitação. Não se deve acreditar que os filmes, nos quais até mesmo as pessoas que compartilham os mesmos atributos já não acreditam totalmente, sejam capazes de influência sobre pessoas com características distintas: com os restos da autonomia, também esvanecem os restos das ideologias que mediavam autonomia e dominação. A desumanização não é um poder exterior, uma propaganda tal como sempre estilizada, um estar excluído da cultura. Ela é precisamente a imanência dos oprimidos no sistema que, ao menos uma vez, passaram pela miséria, ao passo que hoje sua miséria é o fato de não poderem mais sair e de a verdade ser para eles suspeita de propaganda, enquanto aceitam a cultura da propaganda que, fetichizada, converte-se na loucura do espelhamento infinito de si mesma. Assim, entretanto, a desumanização é simultaneamente seu oposto. A reificação tem seus limites nos seres humanos reificados. Eles alcançam as forças produtivas técnicas em que se escondem as relações de produção: assim, pela totalidade da alienação, estas últimas perdem o horror de sua estranheza [*Fremdheit*] e, em breve, talvez, também seu poder. Somente quando assumem totalmente as rédeas da civilização dominante, as vítimas são capazes de arrancá-las da dominação. O que resta da diferença reduz-se à usurpação nua. Somente em seu cego anonimato a economia

15 Em inglês no original: moral pública. (N. T.)

apareceu como destino: seu encanto só é quebrado pelo horror da ditadura visível. A pseudomorfose da sociedade de classes em uma sem classes é tão bem-sucedida que os oprimidos até são absorvidos, mas toda a opressão se tornou manifestamente supérflua. O antigo mito é inteiramente fraco em sua onipotência mais recente. Se a dinâmica foi sempre a mesma, então seu fim hoje não é o fim.

Referências bibliográficas

BURCKHARDT, J. *Griechische Kulturgeschichte*. Bd. 1. Stuttgart: Spemann, 1908.
HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
TROELTSCH, E. *Der Historismus und seine Probleme*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1922.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Crítica ao conceito de marxismo ocidental

Pedro Leão da Costa Neto

Usos e dificuldades da teoria marxista

Michael Heinrich

Lutas ecossociais na América Latina

Michael Löwy

**Dilema da nacionalização
do marxismo no Brasil**

Gleyton Trindade

**Dossiê: Sindicalismo e política
(França, Brasil e Argentina)**

Sophie Bérout, Andréia Galvão e
Paula Varela

38